

Sugestões de redação da CNseg à proposta de regulamentação do Marco Civil da Internet:

1) Proposta de regulamentação do art. 15

Art. XXX do Decreto. A obrigação de manutenção de registros de acesso a aplicações de internet a que alude o art. 15 da Lei nº 12.965/14 se aplica apenas aos provedores de aplicativos da internet que armazenam conteúdo produzido por seus usuários.

Justificativa

Considerando-se a definição de aplicação de internet contida no inciso VII do artigo 5º do Marco Civil da Internet no sentido de compreender "o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet", qualquer atividade constituída "na forma de pessoa jurídica e que exerça essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos" que utilizem páginas de internet, como é o caso das seguradoras, para se comunicar com seus consumidores e potenciais consumidores, terá que armazenar registro de acesso das pessoas que acessarem suas páginas de internet.

Parece-nos, entretanto, que a única interpretação que se adequa à lógica do próprio Marco Civil da Internet, em especial o disposto em seus artigos 10 e 11, é a de que apenas os provedores de aplicativos da internet que armazenam conteúdo produzido por seus usuários é que estariam sujeitos à obrigação de registros de acesso prevista no art. 15 do Marco Civil da Internet.

Isso porque não haveria razão para guardar registros de acesso a aplicações que não armazenam qualquer conteúdo produzido por terceiros e, portanto, não sujeitas às regras de Responsabilidade por Danos Decorrentes de Conteúdo Gerado por Terceiros previstas nos artigos 18 a 21 do Marco Civil da Internet.

Para além do acima, ainda que se utilizasse o argumento de necessidade de investigação de outros crimes que não aqueles relacionados a conteúdo postado por usuários, tais como lavagem de dinheiro e outros crimes financeiros, da mesma forma não há justificativa para a extensão dessa obrigação às instituições financeiras ou às sociedades seguradoras, isto porque já existem outras leis e normas administrativas que regem a investigação desses crimes, como é o caso da Lei nº 9613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de 'lavagem' ou ocultação de bens, direitos e valores, a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previsto nesta lei, dentre outras disposições.

Especificamente com relação ao setor de seguros, além da legislação federal, existem normativos editados pelo órgão regulador do setor, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que têm por objetivo auxiliar na investigação de uma série de condutas ilícitas, como é o caso da Circular Susep nº 445, de 2 de julho de 2012, que dispõe sobre os controles internos específicos para a prevenção e combate dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou os crimes que com eles possam relacionar-se, o acompanhamento das operações realizadas e as propostas de operações com pessoas politicamente expostas, bem como a prevenção e coibição do financiamento ao terrorismo, e a Circular Susep nº 344, de 21 de junho de 2007, que dispõe sobre os controles internos específicos para a prevenção contra fraudes.

2) Proposta de regulamentação do art. 12

Art. XXX do Decreto. As sanções estabelecidas no art. 12 da Lei nº 12.965/14 somente poderão ser aplicadas por autoridade judicial em processo que apure infração ao disposto nos artigos 10 e 11 da referida Lei.

§ 1º Na aplicação das sanções referidas no *caput* deste artigo o juiz deverá considerar a natureza e a gravidade da infração.

§ 2º As sanções previstas nos incisos II, III e IV do art. 12 da Lei nº 12.965/14 somente poderão ser aplicadas na hipótese de comprovada reincidência no cometimento da infração.

Justificativa

É fundamental especificar de forma objetiva qual será a autoridade competente para aplicar as sanções dispostas no artigo 12, a fim de evitar insegurança jurídica e a aplicação de sanções em duplicidade. O ideal é que tal prerrogativa seja atribuída ao Poder Judiciário, tendo em vista a natureza e o alcance da gravidade das sanções.

Mostra-se igualmente importante especificar que as sanções sejam aplicadas de forma gradativa, sendo certo que as sanções mais graves (incisos II, III e IV) somente devem ser passíveis de aplicação em situação de comprovada reincidência.

3) Proposta de regulamentação do art. 10

Art. XXX do Decreto. As autoridades administrativas a que se refere o § 3º do art. 10 da Lei nº 12.965/14 são aquelas que detêm atribuição legal para conduzir a investigação criminal.

Parágrafo único. A solicitação de acesso a dados cadastrais prevista no § 3º do art. 10 da Lei nº 12.965/14 somente deverá ser atendida quando ocorrer no âmbito de investigação de violação de dispositivo de Lei, cabendo à autoridade administrativa solicitante indicar o procedimento de investigação que justifica seu pleito.

Justificativa

Mostra-se relevante deixar claro no âmbito do Decreto Regulamentador do Marco Civil da Internet que somente as autoridades que detêm atribuição legal para conduzir a investigação criminal – Ministério Público e Autoridades Policiais no âmbito de suas competências – são legitimadas para solicitar acesso a registros de acesso, tudo com o intuito de trazer maior segurança a todos os que podem de algum modo ser afetados por esses acessos a dados, especialmente sob a consideração de que é necessário garantir que quem receberá os dados detém a segurança necessária para evitar quaisquer incidentes envolvendo vazamento de informações de terceiros.

É ainda importante que essa entrega somente seja efetivada, desde que se esteja diante de situação de violação de dispositivo legal.